

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTINA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O papelão do Itamaraty lulopetista



A má-fé da diplomacia do governo Lula ficou explícita na nota pusilânime que o Itamaraty soltou a respeito do ataque do Irã contra Israel, na qual não condenou o agressor

Na hipótese benevolente, a nota pusilânime por meio da qual o governo de Lula da Silva reagiu ao ataque do Irã a Israel no fim de semana passado mostra que a política externa brasileira está entregue a rematados ineptos. Na hipótese mais realista, considerando o alinhamento entusiasmado do Brasil sob Lula ao movimento antiocidental liderado por tiranias diversas, entre as quais o Irã, trata-se de mais uma prova de má-fé da diplomacia lulopetista.

Como se sabe, o Irã atacou Israel diretamente pela primeira vez na história, disparando mais de 300 drones e mísseis. O ataque, frustrado pelo sistema de defesa de Israel e pelo apoio de forças americanas, francesas, britânicas e de alguns países árabes, inaugurou um imprevisível capítulo nos conflitos da região. Por esse motivo, vários governos imediatamente condenaram, sem meias palavras, a agressão iraniana, e é provável que o regime dos aiatolás sofra novas sanções.

Enquanto isso, o governo brasilei-

ro achou que era o caso de dizer apenas que acompanhava “com grave preocupação” os “relatos de envio de drones e mísseis do Irã em direção a Israel”. Mesmo para os padrões lulopetistas, é incomum tanto cinismo condensado numa única frase. Primeiro, tratou uma informação concreta como “relato”. Depois, chamou o ataque de “envio”, como se fossem cartas e encomendas por correio, e não mísseis disparados contra outro país. Por fim, nenhuma palavra de condenação ao agressor, o Irã – ao contrário, a nota brasileira conseguiu a proeza sugerir que foi a ação de Israel em Gaza que causou o “alastamento das hostilidades à Cisjordânia e a outros países, como Líbano, Síria, Iêmen e, agora, Irã”. É como se, pasme o leitor, todos esses países e territórios fossem vítimas – menos Israel, claro.

No dia seguinte, ao tentar se justificar, o chanceler Mauro Vieira ofendeu a inteligência alheia sugerindo que a nota havia sido produzida quando “não tínhamos claro a extensão ou o alcance das medidas”. Ora, no momento em que o Brasil se manifestava, as chancelarias do mundo inteiro já conheciam perfeitamente bem a extensão e a gravidade do ataque – inclusive o fato de que, não fossem a eficiência israelense e a ajuda de aliados e de países árabes, um sem-número de civis teria sido atingido. Ou seja, o Irã fez exatamente o que o governo Lula acusa tão furiosamente Israel de fazer, a ponto de comparações hiperbólicas com o nazismo: um ataque desproporcional e indiscriminado

que poderia dizimar milhares de civis e precipitar a região no caos. Mas isso não mereceu reparos por parte do Itamaraty do sr. Vieira.

Quando oito oficiais da Guarda Revolucionária do Irã foram mortos provavelmente por Israel num ataque a um anexo consular na Síria, o Itamaraty foi rápido em condenar as mortes de “funcionários diplomáticos”. Como se sabe, os mortos eram integrantes da guarda pretoriana dos aiatolás responsáveis por coordenar as milícias de Teerã que praticam terrorismo mundo afora e oprimem populações do Oriente Médio, incluindo os palestinos de Gaza. Nem sequer a solidariedade com o povo iraniano é sincera. Se fosse, o Brasil não teria se absteido de votar na ONU pela continuação das investigações de violações dos direitos de mulheres, crianças e minorias pela teocracia xiita.

É constrangedor ver um diplomata de carreira com as credenciais de Vieira sujeitar-se a dar lustro ao tratamento privilegiado que o presidente Lula confere a ditaduras companheiras. Como se sabe, o Itamaraty do sr. Vieira, fiel à doutrina do chanceler *de facto* Celso Amorim, tem dificuldades de condenar o Hamas como terrorista, a agressão criminosa da Rússia contra a Ucrânia e a truculência chavista contra os venezuelanos.

Quando a torpeza moral se infiltra até a raiz dos cabelos, mesmo arremedos de platitudes humanitárias são vis. Vieira disse que “o Brasil condena sempre qualquer ato de violência” – desde que não parta dos companheiros do tal “Sul Global”. ●

A tragédia das crianças pobres

Com quase metade das crianças na pobreza, segundo o IBGE, o Brasil tem falhado no cumprimento de seus objetivos de desenvolvimento e precisa refazer suas escolhas

Uma evidência do quanto o Brasil tem falhado na melhoria do presente e na construção do futuro são as estatísticas relacionadas à infância e à pobreza. Uma publicação do IBGE expõe esse duplo e perturbador fracasso: segundo dados referentes a 2022, quase metade das crianças brasileiras vive em situação de pobreza. São 49,9% das crianças de 0 a 5 anos e 48,5% das crianças de 6 a 14 enquadradas na linha de pobreza definida internacionalmente, isto é, US\$ 2,15 por dia. O patamar se torna ainda mais grave quando se sabe que é na primeira infância – período que abrange os primeiros seis anos completos de vida – que ocorrem o amadurecimento do cérebro e o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, con-

quistas reconhecidamente prejudicadas quando se dão em situações de pobreza e vulnerabilidade.

Tais números constam do documento *Criando sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G-20*, publicado no contexto da presidência brasileira no G-20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. Ao reunir estatísticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 – o plano global estabelecido na ONU para que tenhamos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações –, vê-se que a pobreza do Brasil afeta mais os jovens. Zero-5, 6-14 e 15-17 são as faixas de idade com os piores resultados entre dez grupos populacionais analisados pelo IBGE.

O problema não se resume à pobreza monetária, mas também à chamada pobreza multidimensional, que abrange indicadores relacionados a trabalho, educação, saúde, segurança pública, habitação, nutrição e assistência.

Ainda que tais índices apresentem leve melhora se comparados a 2021, e mesmo que a taxa brasileira de pobreza tenha se reduzido de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022, são níveis incompatíveis com o patamar de riquezas do Brasil e com quaisquer ambições de dignidade e oportunidade mínimas para os brasileiros. E não estamos sozinhos: de acordo com o Unicef, em termos globais, cerca de 50% das pessoas em situação de extrema pobreza são crianças, apesar de representarem somente um terço da população do planeta.

Os dados demonstram, contudo, a insuficiência brasileira no cumprimento de seus objetivos de desenvolvimento, a começar pela superação da pobreza. Não é de hoje que os maiores especialistas no assunto vêm sublinhando a necessidade de aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda e de uma maior atenção à superação de problemas estruturais que nos permita remover a chaga da pobreza. Estudo recente que tem entre seus autores o economista Ricardo Paes de Barros, um dos pais do programa Bolsa Família, avaliou, por exem-

plo, a qualidade do Cadastro Único, a partir do qual o governo define quem receberá recursos de programas sociais. Desatualizado nos últimos anos, o chamado CadÚnico faz mais de cem perguntas para as pessoas, mas a definição de quem receberá e o quanto receberá é feita com base em apenas uma variável: a renda declarada.

Esse e outros problemas levam à dispersão dos recursos, que nem sempre chegam a quem mais precisa. É de Paes de Barros a avaliação corrente sobre o mau direcionamento dos recursos, algo mais perverso do que a própria carência de dinheiro. Mas como o documento do IBGE lembra, a desagregação dos dados para os indicadores ODS permite captar a população em situação de vulnerabilidade e as desigualdades, para então combatê-las por meio de políticas públicas. E assim se olhar para um dos princípios da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás. É uma vergonha nacional constatar que, sim, estamos deixando parte dos brasileiros para trás, precisamente metade de nossas crianças – justamente a fatia da população que ajudará a pavimentar o futuro do País.

Não é vergonha voltar atrás e buscar o que se esqueceu, como ensina um provérbio africano. Devemos nos lembrar disso diante dos números da pobreza, sobretudo de crianças. ●